

X BRASIL MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ: 55.411.819/0001-33

I.E: 262969661

ENDEREÇO: R. Oscar Alfredo Júlio Bohn, 3340 - Santa Catarina, Joinville - SC, 89233-192 -

CIDADE ESTADO: Joinville, SC

TELEFONE: 47 99754-0511

Email: vendas-governo@shantui-br.com

---

**AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA DE MARCELINO RAMOS - ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Ref: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 397/2024

Prezado Pregoeiro,

**X BRASIL MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº: 55.411.819/0001-33, localizada na Rua Oscar Alfredo Julio, n. 3340, Barracão 01, Joinville-SC, CEP: 89.233-192, neste ato representada por seu procurador **ANDRÉ EDUARDO RAIMUNDO**, brasileiro, empresário, inscrito no CPF nº: 034.625.509-00, portador do RG nº: 63651370-SESP/PR, vem respeitosamente, apresentar a presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** de Pregão Eletrônico n. 11/2024, conforme com os fatos e fundamentos a seguir evidenciados:

X BRASIL MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ: 55.411.819/0001-33

I.E: 262969661

ENDEREÇO: R. Oscar Alfredo Júlio Bohn, 3340 - Santa Catarina, Joinville - SC, 89233-192 -

CIDADE ESTADO: Joinville, SC

TELEFONE: 47 99754-0511

Email: vendas-governo@shantui-br.com

## I. DA TEMPESTIVIDADE

A presente impugnação cumpre o requisito da tempestividade, visto que conforme o disposto no art. 164 da Lei Federal 14.133/21, o protocolo das impugnações ocorrerá no prazo de até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

Por sua vez, o edital também traz regulamentação ao instituto da impugnação, remetendo-nos ao item 20.1, o qual estabelece a obediência ao artigo 164 da Lei Federal n. 14.133/21.

**20.1.** Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis

Desta forma, tendo em vista que a sessão de licitação está marcada para o dia 03 de janeiro de 2025, o último dia para protocolo se dará em 30 de dezembro de 2024, conforme interpretação do art. 183 da Lei 14.133/21.

Art. 183. Os prazos previstos nesta Lei serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as seguintes disposições:

No tocante à ilegalidade encontrada no presente instrumento convocatório, destaca-se o princípio da autotutela, conforme disposto na Súmula n. 473 do Supremo Tribunal Federal, pelo qual a Administração pode, a qualquer tempo, anular seus atos quando forem ilegais:

STF – Súmula n. 473 - A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Portanto, a presente impugnação demonstra-se **legítima e tempestiva**, de forma que este Peticionário pugna pelo seu devido recebimento e processamento por esta Administração Pública.

## II. DOS FATOS

Os princípios que regem as licitações públicas foram insculpidos no art. 37 da Constituição Federal, bem como

X BRASIL MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ: 55.411.819/0001-33

I.E: 262969661

ENDEREÇO: R. Oscar Alfredo Júlio Bohn, 3340 - Santa Catarina, Joinville - SC, 89233-192 -

CIDADE ESTADO: Joinville, SC

TELEFONE: 47 99754-0511

Email: vendas-governo@shantui-br.com

no art. 5º da Lei Federal nº. 14.133/21, com destaque para os princípios da impessoalidade, igualdade, competitividade, economicidade e eficiência.

Dentre os objetivos constantes no art. 11 da Lei Federal nº. 14.133/21 consta a obtenção da proposta mais vantajosa e assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição.

No caso em tela, para que tais princípios e objetivos sejam alcançados, se faz necessária a retificação da seguinte exigência “**fabricação nacional**”.

Ademais, não foram apresentadas justificativas técnicas (laudos técnicos, estudos aprofundados etc.) revelando indevida restrição ao caráter competitivo do certame, conforme passa a demonstrar.

### III. DO DIREITO

#### EXIGÊNCIA EXCESSIVA E RESTRITIVA – FABRICAÇÃO NACIONAL

A Administração Pública, na elaboração dos seus editais, deve observar os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da motivação, assegurando que seus atos sejam devidamente justificados e adequados aos objetivos a serem alcançados.

A ampla concorrência, a isonomia entre os participantes e a viabilidade econômica da execução do contrato são pressupostos fundamentais para a licitude e a transparência do procedimento licitatório, devendo o edital ser elaborado de forma a assegurar tais condições.

Desta feita, com intuito de assegurar a precisão do objeto licitado, a descrição do objeto deve ser **clara e suficiente**, de modo a permitir a participação de um amplo leque de licitantes qualificados, sem, contudo, impor exigência excessiva ou desnecessária que possa inviabilizar a apresentação de propostas competitivas.

No presente caso, extrapolando a finalidade disposta em lei, o edital previu restrição que se revela indevida, desnecessária, ilegal e restritiva, pois exigiu que os maquinários sejam de **fabricação nacional**, vejamos:

X BRASIL MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ: 55.411.819/0001-33

I.E: 262969661

ENDEREÇO: R. Oscar Alfredo Júlio Bohn, 3340 - Santa Catarina, Joinville - SC, 89233-192 -

CIDADE ESTADO: Joinville, SC

TELEFONE: 47 99754-0511

Email: vendas-governo@shantui-br.com

**3. ESPECIFICAÇÕES DOS BENS E PREÇOS DE REFERÊNCIA:**

ITEM	PRODUTO	UN	QTD	Valor (Unitário)
1	Aquisição de Rolo Compactador com Capa, Novo Rolo compactador com capa, vibratório, novo, ano e modelo 2024, no mínimo, fabricação nacional;	Un.	01	658.800,00

Destaca-se que todos os atos administrativos devem ser sempre motivados, em concordância com os estudos técnicos realizados na etapa preparatória do caso concreto.

A Constituição Federal, ao dispor sobre licitações públicas, estabeleceu em seu art. 37, inciso XXI, que somente poderão ser exigidas qualificações técnica e econômica indispensáveis ao cumprimento das obrigações.

Dessa maneira, toda e qualquer exigência que venha a restringir a competição, além de justificada e pertinente ao objeto, deve ater-se ao que permite a lei, face ao princípio da legalidade.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.” (grifamos)

A Lei Federal n. 14.133/21 também estabelece a **obrigatoriedade da apresentação das justificativas técnicas** que fundamentaram as condições do edital, vejamos:

Lei 14.133/21 - Art. 18, IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em

---

consórcio; (grifamos).

Ora, em que pese o maquinário em comento exigir adoção de especificações técnicas, isso não implica em autonomia à Administração para consagrar restrição excessiva, vez que esta deve atentar-se às **especificações mínimas e necessárias** para assegurar a obtenção da contratação mais vantajosa.

A ilegalidade reside justamente na incompatibilidade da restrição **“fabricação nacional”** com as especificações técnicas realmente válidas para a seleção adequada do objeto e para a obtenção da proposta mais vantajosa.

É preciso evidenciar que qualquer exigência que resulte em restrição ao caráter competitivo deve ser rechaçada, vez que a Lei Federal n. 14.133/21 expressamente veda a fixação de cláusulas que frustrem o caráter competitivo das licitações públicas:

Art. 9º **É vedado** ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

**I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:**

a) **comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório**, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas; (grifamos).

Ademais, Sr. Pregoeiro, exigir **“fabricação nacional”** não resulta em qualquer benefício para esta Administração Pública, muito pelo contrário, é especificação arbitrária e injustificada, assegura discriminação desproporcional à obtenção da proposta mais vantajosa, furtando o caráter competitivo do certame, que pela doutrina é definido como:

“O princípio da competitividade significa a exigência de que a Administração Pública fomente e busque agregar à licitação pública o maior número de interessados, para que, com olhos na eficiência e na isonomia, aumentando o universo das propostas que lhes são encaminhadas, ela possa legitimamente escolher aquela que seja a mais vantajosa ao interesse público.” (NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação pública e contrato administrativo / Joel de Menezes Niebuhr. – 4. ed. rev. e ampl. – Belo Horizonte, Fórum, 2015. p. 61). (grifamos)

X BRASIL MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ: 55.411.819/0001-33

I.E: 262969661

ENDEREÇO: R. Oscar Alfredo Júlio Bohn, 3340 - Santa Catarina, Joinville - SC, 89233-192 -

CIDADE ESTADO: Joinville, SC

TELEFONE: 47 99754-0511

Email: vendas-governo@shantui-br.com

**O ato convocatório da licitação deve estabelecer condições que assegurem a seleção da proposta mais vantajosa (de acordo com a concepção de vantajosidade adotada), com observância do princípio da isonomia.** É essencial que a licitação seja um procedimento orientado por critérios objetivos, **sendo ilícita a adoção de cláusulas ou quaisquer práticas que, de modo parcial ou total, restrinjam, afetem ou dificultem ilegitimamente a competição.** (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 2014, p.93)

Assim, a Administração Pública não deve apresentar critério que restrinja indevidamente o universo de fornecedores.

Ademais, caso seja imprescindível a inclusão de qualquer característica técnica que possa comprometer a competição, esta deve ser devidamente justificada nos autos, conforme oposição uníssona do **Tribunal de Contas da União**:

TCU - **A definição não deve contemplar especificações excessivas, desnecessárias ou irrelevantes, sob risco de frustrar ou limitar indevidamente o caráter competitivo da licitação, podendo até direcionar a licitação para fornecedor específico.**<sup>1</sup> (grifamos).

TCU - Súmula 177 - **A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição**, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais das condições básicas da licitação, constituindo, na hipótese particular da licitação para compra, a quantidade demandada uma das especificações mínimas e essenciais à definição do objeto do pregão. (grifamos).

[Acórdão 468/2022 – TCU – Plenário](#) 9.3. dar ciência à [omissis], com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução TCU 315/2020, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no Pregão Eletrônico 235/2019, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes: 9.3.1 **especificações com detalhamento excessivo do objeto**, a despeito de alertas dados pelo setor jurídico e pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS), **descumprindo os princípios**

<sup>1</sup> TCU. Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU. 4.3.1. Definição do objeto. Disponível em: <https://licitacoescontratos.tcu.gov.br/4-3-1-definicao-do-objeto/>. Acesso em: 9 dez 24.

X BRASIL MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ: 55.411.819/0001-33

I.E: 262969661

ENDEREÇO: R. Oscar Alfredo Júlio Bohn, 3340 - Santa Catarina, Joinville - SC, 89233-192 -

CIDADE ESTADO: Joinville, SC

TELEFONE: 47 99754-0511

Email: vendas-governo@shantui-br.com

da razoabilidade e da competitividade e o art. 3º, inc. II, da Lei 10.520/2002 c/c o art. 7º, § 5º, da Lei 8.666/1993.(grifamos)

Acórdão 1973/2020-TCU- Plenário - Especificações com potencial de restringir o caráter competitivo da licitação devem ser adequadamente fundamentadas, com base em estudos técnicos que indiquem a sua essencialidade para atender as necessidades do órgão ou da entidade contratante.(grifamos).

Acórdão 2441/2017-Plenário (...) cláusulas com potencial de restringir o caráter competitivo do certame devem ser objeto de adequada fundamentação, baseada em estudos prévios à licitação que indiquem a obrigatoriedade de inclusão de tais regras para atender às necessidades específicas do órgão, sejam de ordem técnica ou econômica. (grifamos)

Acórdão 2712/2008-Plenário - É vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam e restrinjam o seu caráter competitivo e estabeleçam qualquer circunstância impertinente ou irrelevante para o objeto a ser contratado. (grifamos).

Acórdão 2407/2006 – TCU – Plenário - A Administração deve fundamentar tecnicamente quaisquer exigências de especificações ou condições com potencial de restringir o universo de competidores, assim como evitar o detalhamento excessivo do objeto, de modo a não direcionar a licitação. (grifamos).

Na mesma linha, o advogado da União, Ronny Charles defende que a Administração Pública deve dispor em seus editais de licitação somente o que for **essencial** ao objeto:

Orienta-se no sentido de que os instrumentos convocatórios não contenham excessivo detalhamento do objeto, evitando o direcionamento da licitação ou a restrição de seu caráter competitivo, sob pena invalidação ou sustação do certame pelo Poder Judiciário. Assim, quaisquer especificações ou condições que restrinjam o universo de possíveis fornecedores dos bens ou prestadores de serviços devem ser devidamente justificadas e fundamentadas tecnicamente em razão do objeto do certame



X BRASIL MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ: 55.411.819/0001-33

I.E: 262969661

ENDEREÇO: R. Oscar Alfredo Júlio Bohn, 3340 - Santa Catarina, Joinville - SC, 89233-192 -

CIDADE ESTADO: Joinville, SC

TELEFONE: 47 99754-0511

Email: vendas-governo@shantui-br.com

e do interesse público a ser alcançado. (TORRES, Ronny Charles Lopes de. Lei de Licitações Públicas comentadas.14 e., ver., atual, ampl.- São Paulo: Ed Juspodivm, 2023. p.166 e 167). (grifamos).

Desta forma, é imprescindível a compatibilidade entre a característica que restringe o objeto com o fim a qual ele se destina, e, portanto, deve a Municipalidade justificar, de modo tecnicamente fundamentado.

A priori, data máxima vênia, ressaltamos que **não localizamos no presente processo justificativas técnicas - as quais seriam provenientes de estudos, análises aprofundadas, laudos técnicos, comprovações técnicas e econômicas** - que fundamentam a especificação restritiva de **“fabricação nacional”**, o que leva acreditar que o único objetivo é direcionar a licitação.

Ilmo. Pregoeiro, ressaltamos que referida exigência restritiva **“fabricação nacional”** não resultará em qualquer diferença técnica nos quesitos de qualidade, funcionalidade ou desempenho do objeto licitado para esta Administração Pública, apenas se apresenta como condição ilegal irrelevante, de caráter restritivo e que favorece determinadas marcas de equipamento.

Atualmente, no mercado de máquinas e equipamentos, existem diversos fabricantes que oferecem maquinários capazes de atender o interesse público de forma eficiente, mas que estão impossibilitados de participar em razão da exigência ilegal **“fabricação nacional”**.

Existem pouquíssimas máquinas no mercado que se encaixam em referida exigência, de forma que impedirá e diminuirá e muito a justa competição do item licitado.

Sobre a temática, e de forma mais específica, o **Tribunal de Contas da União** defendeu a **ilegalidade** em certames de maquinários cujas especificações direcionaram para determinadas marcas, *in verbis*:

ACÓRDÃO Nº 2230/2012 – TCU – Plenário. REPRESENTAÇÃO. AQUISIÇÃO DE PÁ CARREGADEIRA COM RECURSOS TRANSFERIDOS PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA. EXISTÊNCIA DE ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL QUE DIRECIONAM PARA AQUISIÇÃO DE MODELO DE UM FABRICANTE ESPECÍFICO. CONCESSÃO DE CAUTELAR. OITIVAS. ANÁLISES DAS JUSTIFICATIVAS. NÃO AFASTAMENTO DA IRREGULARIDADE. DETERMINAÇÃO PARA ANULAÇÃO DO CERTAME. (grifamos).

ACÓRDÃO Nº 2387/2013 – TCU – Plenário. REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO COM INDÍCIOS DE DIRECIONAMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES PARA MODELOS DE DETERMINADO FABRICANTE DE



**CULTIVADORES MOTORIZADOS.** ADOÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR DE SUSPENSÃO DO CERTAME. OITIVAS. ALEGAÇÃO DE QUE A ESPECIFICAÇÃO CONSTOU DO PLANO DE TRABALHO DE CONVÊNIO. **AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS PARA A ESPECIFICAÇÃO DIRECIONADA.** FIXAÇÃO DE PRAZO PARA ANULAÇÃO DO CERTAME. CIÊNCIA AO CONCEDENTE ACERCA DAS MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS À CONTRATAÇÃO PRETENDIDA E AOS DEMAIS INTERESSADOS. ARQUIVAMENTO. (grifamos).

Salienta-se que o maquinário deste Peticionário detém a mesma qualidade, entrega o mesmo resultado e funciona perfeitamente para os serviços que serão desempenhados pelo respeitável Município, todavia, difere do descritivo por não ser fabricado nacionalmente.

Ilmo. Pregoeiro, é sabido que a eficácia da atividade administrativa está condicionada ao atendimento das leis vigentes. Não há liberdade ou “vontade pessoal” na Administração Pública, de tal forma que o pressuposto básico é agir conforme previsão legal, assim, se não há lei que dê supedâneo à exigência de impor “**fabricação nacional**”, demonstrado está a violação aos princípios da isonomia e da legalidade.

A especificação técnica que condiciona a aquisição de maquinários condicionados à **fabricação nacional** configura restrição desnecessária e excessiva, em desacordo com os princípios que regem as licitações públicas.

Em busca de garantir a lisura e a transparência dos processos licitatórios para aquisição de máquinas pesadas, o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, por intermédio do Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa (CMA) e do Grupo Especial Anticorrupção (GEAC), elaborou a Nota Técnica nº 02/2017 (em anexo). Este documento orienta os promotores de justiça a intensificar a fiscalização dos editais, com o objetivo de identificar e coibir práticas fraudulentas que, por meio da imposição de requisitos excessivos e desproporcionais, restrinjam a participação de licitantes e direcionam o resultado do certame.

Desta forma, conforme disposto na referida Nota Técnica, a especificação “**fabricação nacional**” é desnecessária e ilegal, senão vejamos as características consideradas essenciais:

1. Nas licitações para compra de máquinas pesadas, deve estar descrito no objeto do edital somente as **características básicas do equipamento que tenham por fim, exclusivamente, definir a sua categoria, sendo suficientes a definição das seguintes especificações para cada tipo de máquina:** (...)

b) **Rolo compactador:** potência mínima, peso operacional mínimo, tambor vibratório liso ou com patas.

Em seu Acórdão nº 214/2020-Plenário, o **Tribunal de Contas da União** deu destaque à relevância da Nota Técnica elaborada pelo Ministério Público de Santa Catarina, ao invalidar licitação caracterizada pela imposição de exigências técnicas excessivamente restritivas, nos seguintes termos:

37. Por oportuno cabe destacar que consta nos autos a Nota Técnica do Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa (CMA) e do grupo especial anticorrupção (GEAC) 2/2017, do Ministério Público de Santa Catarina, que orienta aos promotores de justiça com atuação na área de Moralidade Administrativa no sentido de que, **para a compra de máquinas pesadas, deve estar descrito no objeto do edital somente as características básicas do equipamento.** (grifamos).

## CASOS ANÁLOGOS – TRIBUNAIS DE CONTAS

Considerando a relevância dos Tribunais de Contas na interpretação da legislação pertinente, destacam-se os posicionamentos desses Órgãos de Controle em casos similares, os quais comprovam as alegações anteriormente suscitadas e evidenciam a ilicitude do edital em análise.

No tocante às **especificações restritivas**, o **Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul** já decidiu:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PÚBLICO. LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. EDITAL COM LIMITAÇÃO GEOGRÁFICA DE EMPRESAS PARTICIPANTES. AFRONTA AO CARÁTER COMPETITIVO E À ISONOMIA. Hipótese em que o edital licitatório prevê limitação geográfica para as empresas participantes do certame, autorizando somente de empresas sediadas no Município de Tupanciretã ou no Estado do Rio Grande do Sul, importando, a priori, **violação ao caráter competitivo da licitação**, ferindo o objetivo de seleção de proposta mais vantajosa para a Administração, art. 3º da Lei nº 8.666/93. Ademais, não se denota motivo para a restrição, sequer em razão do objeto do certame (registro de preço para materiais de limpeza e higiene). **As exigências editalícias devem estar munidas de razoabilidade e as que eventualmente indiquem quebra de isonomia devem encontrar justificativa a altura, sob pena de restringir o caráter competitivo e beneficiar empresas.** NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.(grifamos) (Agravado de Instrumento, Nº 70078767928, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Laura Louzada Jaccottet, Julgado em: 30-01-2019).

Da mesma forma, vem se formando uma jurisprudência majoritária sobre o tema:

**TJ-MG:** AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. MODALIDADE PREGÃO. EDITAL. CLÁUSULA ABUSIVA. RESTRIÇÃO/LIMITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. MEDIDA LIMINAR. REQUISITOS. "FUMUS BONI IURIS" E "PERICULUM IN MORA". PRESENÇA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. De acordo com o art. 5º, inc. LXIX, da Constituição da República, o Mandado de Segurança pode ser preventivo ou repressivo e será cabível para a proteção de direito líquido e certo, não amparado por Habeas Corpus ou por Habeas Data, em sendo o responsável pelo abuso de poder ou ilegalidade autoridade pública, ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público.

2. Para a concessão da medida liminar, devem concorrer dois requisitos legais: 1) a relevância dos motivos em que se assenta o pedido na inicial - fumus boni iuris - e; 2) a possibilidade da ocorrência de lesão irreparável ao direito do impetrante, se vier a ser reconhecido na decisão de mérito - periculum in mora. 3. **O objetivo da licitação é justamente eleger a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, selecionando aquela que apresente as melhores condições para atender aos clamores do interesse público.** 4. **Não é razoável que o edital do certame estabeleça características peculiares ou faça exigências excessivas que possam excluir o universo de licitantes que atendem ao fim almejado.** 5. Recurso a que se nega provimento. (grifamos) (TJMG - Ap Cível/Reex Necessário, 0176235-12.2010.8.13.0686 (1.0686.10.017623-5/001), Des.(a) Washington Ferreira, j. 02/07/2013.)

**TJ/SP** - Licitação. Edital. Anulação. Exigência violadora do princípio da igualdade, restringindo o caráter competitivo do procedimento. Cláusula discriminatória. Art. 37, inciso, XXI, da Constituição da República, e, 3º, § 1º do DL. nº 2.300/86. **A regra geral na licitação é a participação do maior número possível de licitantes, devendo o edital ser parcimonioso e criterioso ao fixar requisitos, pois são proibidas as condições impertinentes, inúteis ou desnecessárias.** (TJ/SP, Ap. Civ. nº 225567-1, Des. Alfredo Migliore, 25/05/95, JTJ, Vol. 172, p. 109)

Inclusive, diante das representações protocoladas, o **Tribunal de Contas do Estado do Paraná** emitiu orientações para as Prefeituras Paranaenses no tocante às licitações de máquinas pesadas, e advertiu sobre a ilegalidade das exigências desnecessárias que direcionam para determinadas marcas, vejamos:

Ao julgar recentemente processos a respeito de licitações promovidas por cinco municípios sob sua jurisdição para a aquisição de máquinas pesadas - como escavadeiras, motoniveladoras, pás carregadeiras e rolos compactadores -, o Pleno do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR) emitiu

**orientações que devem ser seguidas por todas as prefeituras paranaenses ao promoverem certames do tipo, a fim de que não corram o risco de terem suas disputas cautelarmente suspensas pela Corte.**

A primeira delas diz respeito à proibição prevista no artigo 3º da Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/1993) de que a administração pública ofenda, em seus procedimentos licitatórios, os princípios da isonomia e da ampla competitividade.

Isso muitas vezes acontece quando o edital prevê, por exemplo, que o motor do equipamento almejado pertença à mesma marca do fabricante do maquinário. Essa exigência impede, de forma totalmente indevida e injustificada, o fornecimento aos municípios de produtos inteiramente funcionais, porém com peças internas de origens distintas.

**Também é comum que editais de certames do tipo estabeleçam que as máquinas atendam exigências restritivas e desnecessárias, sem amparo em qualquer espécie de justificativa ou laudo técnico. Muitas vezes, a intenção é direcionar a licitação para a compra de um equipamento fornecido por determinada marca, o que é proibido pelo artigo 7º, parágrafo 5º, da Lei de Licitações.** (grifamos). (Disponível em: <https://www1.tce.pr.gov.br/noticias/municipios-devem-seguir-orientacoes-do-tce-pr-ao-licitarem-a-compra-de-maquinas/9987/N>. Acesso: 09 dez 2024.)

No tocante à **ilegalidade da exigência de fabricação nacional**, o **Tribunal de Contas da União** possui vasta jurisprudência, vejamos:

**Acórdão 7514/2022-Primeira Câmara** - A exigência de que os produtos ofertados pelos licitantes sejam exclusivamente de fabricação nacional afronta o art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993. (grifamos)

**Acórdão 1922/2013-Plenário** - É ilegal o estabelecimento de vedação a produtos e serviços estrangeiros em edital de licitação, por ausência de previsão legal. (grifamos)

**Acórdão 1469/2013-Plenário** - A Administração deve abster-se de promover licitações com exigência de que o objeto deve ser exclusivamente de fabricação nacional.

Colegiado: Segunda Câmara Relator: AROLDO CEDRAZ Processo: 000.262/2012-9 Sumário: REPRESENTAÇÃO ORIGINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. CONHECIMENTO. REJEIÇÃO DAS RAZÕES DE JUSTIFICATIVA. ANULAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO. DETERMINAÇÕES. ARQUIVAMENTO Assunto: Representação Número do acórdão: 3769 Ano do

acórdão: 2012 Número ata : 17/2012 Data DOU: vide data do DOU na ATA 17 - Segunda Câmara, de 31/05/2012 Relatório : [...] Acórdão : VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação originária do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, acerca do Edital do Pregão Presencial 162/2011, do Município de Castelo/ES, destinado à aquisição de retroescavadeira, plantadeira e sulcador para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, financiados com recursos oriundos 25/2010/MAPA/CAIXA. do Contrato de Repasse 0324480 ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em: 9.1. com fundamento no art. 235 c/c o art. 237, inciso VI, do Regimento Interno do TCU, conhecer da presente Representação, para, no mérito, considerá-la procedente; 9.2. nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, c/c o art. 45 da Lei 8.443/1993, fixar prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta deliberação, para que a Prefeitura Municipal de Castelo/ES adote as medidas necessárias para o exato cumprimento da lei, no sentido de promover a anulação do Edital do Pregão Presencial 162/2011; 9.3. determinar, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ao Município de Castelo/ES que, doravante, abstenha-se de incluir em editais cujo objeto seja custeado, no todo ou em parte, com recursos públicos federais: **fabricação 9.3.1. exigência de que o bem a ser ofertado seja obrigatoriamente de nacional por consubstanciar restrição à competitividade do certame, com afronta ao art. 3º, caput e § 1º, inciso I, da Lei 8.666, de 21/6/1993 e ao art. 3º, inciso II, da Lei 10.520, de 17/7/2002;** 9.4. dê ciência desta deliberação ao Município de Castelo/ES, à Regional de Sustentação ao Negócio - Governo, da Caixa Econômica Federal - CEF, bem como à Superintendência Federal de Agricultura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SFA/MAPA; 9.5. determinar a Secex-ES que monitore o cumprimento deste Acórdão, requisitando o novo edital, em substituição ao ora anulado. [...] (grifamos).

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos autos do Processo: TC-007268/989/15-9, também entende que exigir “**fabricação nacional**” contraria as leis vigentes:

(...) Questão incontroversa, **a exigência de fabricação nacional** em relação aos itens ‘caneta esferográfica’ e ‘etiqueta autoadesiva’ **confronta o preconizado no artigo 3º, §1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93, bem como o artigo 3º, inciso II, da Lei nº 10.520/02, além da consolidada jurisprudência desta Corte**, nos termos da Deliberação TCA-11611/026/101, publicada no DOE em 11/06/10. Não se vislumbrando, portanto, amparo legal à vedação do oferecimento de produtos importados, a referida exigência deverá ser excluída do edital. (grifamos).

X BRASIL MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ: 55.411.819/0001-33

I.E: 262969661

ENDEREÇO: R. Oscar Alfredo Júlio Bohn, 3340 - Santa Catarina, Joinville - SC, 89233-192 -

CIDADE ESTADO: Joinville, SC

TELEFONE: 47 99754-0511

Email: vendas-governo@shantui-br.com

No mesmo sentido, decidiu o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, no Processo REP 12/00174744 – Parecer n. MPTC/15021/2012:

(...) Deste modo, não há como concluir por legítima a exigência para que os produtos licitados sejam de fabricação nacional, visto que em momento algum a lei permite a exclusão de produtos estrangeiros do certame licitatório ou o estabelecimento de diferenças em razão da nacionalidade dos licitantes. Ao contrário, a Lei de Licitações é expressa ao determinar que a qualidade de produção nacional será exigida para fins de critérios de desempate (art. 3º, § 2º, II, da Lei n. 8.666/1993), e não para limitação do caráter competitivo da licitação.

Ademais, deve-se levar em conta que tais exigências deveriam guardar pertinência com o objeto da licitação, o que não ocorreu no presente caso, pois o fato de o produto ser produzido fora do território nacional não o torna inapto ou menos apto à satisfação das necessidades da administração.

O Tribunal de Contas de Rondônia também defende à ilegalidade e determinou a anulação do pregão que exigia a **fabricação nacional** de maquinários, vejamos:

Edital de licitação. Pregão. Fiscalização de atos e contratos. Preliminar. Deslocamento da competência para o Pleno. Relevância e controvérsia da matéria. Exigência de procedência nacional do produto licitado. Característica não intrínseca do produto. Ausência de motivação concreta. Restrição indevida à livre concorrência. Violação ao princípio da ampla competitividade. Irregularidade insanável. Procedência parcial.

Pelo exposto, em discordância parcial com o parecer do Ministério Público de Contas, e dissentindo do entendimento Técnico, e nos termos do art. 38, I, “b” c/c art. 42 da Lei n. 154/96 e art. 61, inciso I, alínea “b” do RITC/RO, apresento a este Egrégio Tribunal o seguinte voto:

[...]

II – Considerar ilegal a exigência de que o maquinário (escavadeira hidráulica e veículos) seja de fabricação nacional prevista no Edital de Pregão Presencial n. 378/2012/SUPEL, pois violadora do caráter competitivo do certame, em afronta ao art. 3º, caput e § 1º, inciso I, da Lei n. 8.666/93 e ao art. 3º, inciso II, da Lei n. 10.520/02, e:

a) Fixar o prazo de 15 (quinze) dias para que os responsáveis pela SUPEL/RO adote as medidas



necessárias para o exato cumprimento da lei, no sentido de **promover a anulação do Edital do Pregão Presencial 378/2012/SUPEL**;

**b) Determinar a abstenção de incluir em editais no âmbito estadual qualquer cláusula que exija que o bem seja ofertado obrigatoriamente de fabricação nacional;**

c) Determinar a abstenção de incluir em editais de licitação, especificações técnicas de bens que possam caracterizar direcionamento a um dado fabricante, a não ser que presentes nos autos do procedimento licitatório justificativa consistente e objetiva que apontem a necessidade e o benefício a ser gerado ao ente contratante. (grifamos) (TCE/RO. Processo n. 3.414/2012. Rel. Conselheiro Adílson de Souza Silva, j. 25-10-2012.)

Considerados os fundamentos acima transcritos, a legislação exposta e os diversos acórdãos, resta comprovado que a referida especificação de “**fabricação nacional**” é limitadora e de caráter restritivo à ampla concorrência, vez que coloca óbice à participação de inúmeras licitantes que poderiam fornecer equipamento com a qualidade almejada por esta Municipalidade e com preço adequado.

## CONCLUSÃO

Desta forma, após a leitura da legislação e jurisprudências supratranscritas, e considerando a redação da referida exigência do edital, no tocante à **fabricação nacional**, tem-se que esta não constitui cláusula indispensável à contratação e a qualidade do objeto, mas somente resulta em óbice à participação de eventuais licitantes.

É preciso salientar que referida exigência restritiva também influencia significativamente no valor a ser contratado, visto que com menos participantes, menor será a economia ao erário público, em razão da ausência ou da baixa competitividade entre os participantes.

Sobre a isonomia, e a relação da ampliação da disputa e da obtenção da melhor proposta, ensina o Mestre Marçal Justen Filho:



A ampliação da disputa significa a multiplicação de ofertas e a efetiva competição entre os agentes econômicos. **Como decorrência da disputa, produz-se a redução dos preços e a elevação da qualidade das ofertas, o que se traduz em contratações mais vantajosas para a Administração.**

Sob esse prisma, a isonomia reflete proteção aos interesses coletivos. Todo e qualquer integrante da comunidade, mesmo que não potencialmente em condições de participar de uma licitação, tem interesse na ampliação da disputa, na eliminação de exigências abusivas ou desnecessárias. Assim se passa porque a ampliação do universo de licitantes propicia a redução dos gastos públicos. (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 14ª edição, São Paulo, Dialética, 2010, pgs. 69 e 70). (grifamos).

Dito isto, ao excluir referida cláusula restritiva “**fabricação nacional**”, a Administração Pública permitirá que mais empresas participem do certame, de forma que aumentará a competitividade e obterá a proposta mais vantajosa, sem renunciar à qualidade e desempenho do maquinário que precisa adquirir.

Salienta-se que diante da remota possibilidade do prosseguimento da ilegalidade deste edital por parte desta Municipalidade, não restará alternativa, senão oficiar o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul nos termos do art. 170, §4º da Lei 11.343/21, bem como, tomar as medidas cabíveis perante o Poder Judiciário.

Ante o exposto, resta comprovado que a exigência “**fabricação nacional**” é uma condição ilegal, excessiva, desnecessária, incompatível com o objeto deste edital, e viola diretamente a competitividade, a proporcionalidade, a eficiência, a isonomia e a satisfação do interesse público, motivos que sustentam a exclusão, em face de também inexistir qualquer justificativa técnica pertinente, em evidente violação às disposições legais.

## IV. DOS PEDIDOS

Por todo o exposto e em respeito ao interesse público, vem este **PETICIONÁRIO** apresentar os seus pedidos no seguinte sentido:

- a) Seja recebida, processada e julgada procedente a presente impugnação;
- b) Seja excluída a exigência de “**fabricação nacional**” visto que é ilegal, desnecessária e excessiva para

X BRASIL MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ: 55.411.819/0001-33

I.E: 262969661

ENDEREÇO: R. Oscar Alfredo Júlio Bohn, 3340 - Santa Catarina, Joinville - SC, 89233-192 -

CIDADE ESTADO: Joinville, SC

TELEFONE: 47 99754-0511

Email: vendas-governo@shantui-br.com

---

aferir a qualidade e o desempenho do maquinário, bem como, injustificadamente restringe o certame em tela, conforme dispositivos legais e farta jurisprudência sobre a temática.

c) **O edital seja republicado** nos termos do art. 55 § 1º da Lei Federal 14.133/21.

Havendo qualquer manifestação sobre o processo, requer que seja informado este interessado por meio do endereço: [licitacao@shantui-br.com](mailto:licitacao@shantui-br.com).

Termo em que pede e espera deferimento.

Joinville - SC, 30 de dezembro de 2024.

**X BRASIL MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**